

## mercado

# Inadimplência deve aumentar com auxílio menor e desemprego elevado

Especialistas esperam alta de calotes em março; bancos já expandiram provisões em 52,9%

Isabela Bolzani

SÃO PAULO A redução do auxílio emergencial e o alto nível de desemprego no país devem levar a um aumento do número de calotes de pessoas físicas neste ano, afirmam executivos de bancos e birôs de crédito.

Os grandes bancos de capital aberto (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander) já reservaram mais de R\$ 93 bilhões em provisões em 2020, um aumento de 52,9% em relação ao observado no ano anterior, como forma de se precaver diante desse cenário.

“Já existem sinais de alta da inadimplência. Um aumento [de atrasos] de 15 a 90 dias vai começar a impactar o índice nos próximos trimestres. Mas temos uma visão tranquila quanto a esse aumento porque ele já estava nos nossos radares”, afirmou o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, em entrevista a jornalistas em fevereiro para comentar os resultados do banco.

“Ainda é difícil de projetar, há um grau de incerteza muito alto. Mas acredito que o pico da inadimplência se dará no quarto trimestre deste ano ou nos primeiros três meses de 2022. Ainda assim, acontecerá em patamares muito menores do que já vimos no passado”, afirmou o atual presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, também em teleconferência de resultados.

Segundo o economista da Boa Vista, Flavio Calife, a expectativa é que os primeiros sinais de um aumento dos calotes sejam sentidos entre março, abril e maio, momento em que o fim do auxílio emergencial do ano passado começará a pesar no orçamento familiar.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) declarou que o benefício deve ser retomado, mas com valores menores (entre R\$ 150 e R\$ 350). A princípio, a promessa era de que eles voltassem em março, mas atraso na aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, aprovada no Senado na semana passada, deve levar a uma revisão do cronograma.

A demora de três meses entre o fim dos pagamentos do auxílio emergencial, em dezembro, e o começo da alta nos calotes acontece porque a dívida só é considerada inadimplente depois de 90 dias. Antes desse prazo, os credores consideram o débito como atrasado e tentam, por conta própria ou pela contratação de terceiros, reaver o pagamento via cobrança.

“Talvez já no final de março começaremos a sentir um aumento de dívidas não pagas por parte dos consumidores. Muita gente aproveitou para consumir bens duráveis de maneira parcelada, usando o auxílio para pagar. Agora, além da extinção do benefício que já deixa a renda mais baixa, essa conta também começa a pesar no orçamento”, afirmou Calife.

Já em dezembro, dados de

entidades que representam montadoras e distribuidoras de veículos apontaram que o benefício fez diferença na venda de carros, motos e caminhões em 2020, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

“A fragilidade financeira de-

corrente do fim do auxílio emergencial e da renda menor já chegou para os consumidores de baixa renda. Esses atrasos podem começar a expandir a depender de como a vacinação e o fluxo de renda se darão nos próximos meses”, afirmou o economista-

chefe da Acrefi (Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento), Nicola Tingas.

O momento ainda casa com as contas características de início de ano – como IPTU (Imposto Predial e Territorial e Urbano) e IPVA (Impos-

to sobre a Propriedade de Veículos Automotores) – e com um alto índice de desemprego no país.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que o desemprego alcançou 13,4 milhões de pessoas consideran-

do todo o ano de 2020.

O movimento, somado a um cenário de taxa básica de juros maior, pode aumentar os spreads bancários (diferença entre a taxa de captação e de empréstimos) e elevar o custo do crédito na ponta, para pessoas físicas e jurídicas.

“A possibilidade de um aumento de calotes existe, mas não necessariamente diz respeito a uma inadimplência represetada. Houve renegociações e postergações de crédito ao longo de 2020 e tudo isso se encaixou em uma nova esteira de pagamentos”, afirmou o presidente do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), Roque Pellizzaro Junior.

Continua na pág. A20



## Safra. O Melhor Gestor Alta Renda 2020 no ranking Guia de Fundos FGV.

São 25 fundos premiados no ranking mais tradicional do mercado.

Quem sabe, Safra.

Abra sua conta pelo app.



Conheça os fundos premiados do Safra.



# Safra

Central de Atendimento Safra: 55 (11) 3253-4455 (capital e Grande São Paulo) e 0300-105-1234 (demais localidades) – de 2ª a 6ª-feira, das 8h às 21h30, exceto feriados. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 0800-772-5755; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-772-4136 – de 2ª a 6ª-feira, das 9h às 21h, e sábado, das 9h às 15h.\* Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito): 0800-770-1236; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-727-7555 – de 2ª a 6ª-feira, das 9h às 18h, exceto feriados, ou acesse: safra.com.br/atendimento/ouvidoria.htm. www.safra.com.br \*Horário de atendimento especial do SAC durante a pandemia (COVID-19).

“Esses atrasos podem começar a expandir a depender de como a vacinação e o fluxo de renda se darão nos próximos meses

Nicola Tingas  
economista-chefe da Acrefi



## mercado

## PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

## Suaves prestações

Enquanto a inflação avança e a economia patina, o Extra, uma das maiores redes de supermercados do país, vem registrando alta no uso do parcelado como forma de pagamento nas lojas nos últimos meses. A empresa lançou uma campanha de compra parcelada de alimentos em unidades das bandeiras Extra Hiper e Mercado Extra. Segundo a rede, o objetivo é viabilizar o poder de compra de seus clientes, “especialmente em momentos desafiadores”.

**ALMOÇO E JANTAR** A ação para parcelar comida em três vezes sem juros no cartão Extra ou duas vezes em outros cartões vai até abril. O modelo costuma ser usado em épocas como Natal e Páscoa para os produtos sazonais, de valor mais alto.

**GOLE** A Heineken gravou um vídeo para combater fake news envolvendo a marca e explicar por que algumas de suas garrafas podem ter o rótulo apagado. Segundo a empresa, recentemente, circularam vídeos com informações falsas no WhatsApp sobre a remoção da marca na garrafa de 600 ml. As imagens sugeriam que o produto foi falsificado, mas não tem nada a ver com isso, diz a Heineken.

**LÂMPADA MÁGICA** A cervejaria afirma que é só um efeito que tem acontecido em uma parcela mínima das garrafas retornáveis: se o consumidor esfregar o rótulo, ele pode se apagar por causa do processo de limpeza. Segundo a empresa, 70% das embalagens são retornáveis e ambientalmente responsáveis. Portanto, quando voltam à fábrica, elas têm de ser esterilizadas.

**GARGALO** As garrafas de mais de quatro anos em circulação podem ter o rótulo desgastado, mas a cervejaria diz que implementou uma tecnologia capaz de rejeitar as unidades antigas e retirá-las do mercado. Hoje, estes casos representam menos de 0,6% do volume disponível no mercado.

**FOME** No primeiro fim de semana da fase vermelha com restaurantes fechados em São Paulo, Sylvio Lazzarini, vice-presidente do Sindresbar (associação do setor), disse que chegaram tantos pedidos de delivery de uma vez, que fizeram gargalo nos estabelecimentos, e a chuva que caiu na capital perto do horário do almoço, no domingo (7), repressou a entrega dos motoboys.

**TROVÃO** O iFood diz que, em certas situações, como nos dias de chuva, a logística da empresa pode limitar as distâncias de atendimento de alguns estabelecimentos temporariamente para evitar avaliação ruim de clientes pelo atraso, mas não aconteceu desta vez.

**IGUAL** Na esteira do Dia Internacional da Mulher, nesta segunda (8), o Nubank anuncia a meta de alcançar a presença feminina em 50% dos cargos de gestão até 2025. Hoje, 39% das vagas de gestão do banco são ocupadas por mulheres.

**MENINA VESTE ROSA** A fabricante de armas Taurus vai lançar um revólver cor-de-rosa nesta segunda-feira (8). A edição especial do modelo Taurus 85 UL foi desenvolvida exclusivamente para o mercado do Brasil, onde, segundo a companhia, a demanda feminina está crescendo.

**NA BOLSA** O revólver vai ter gravada a expressão “mulheres fortes”, em inglês. Com armação de alumínio, é leve e pequeno, indicado como arma de porte velado.

**BULA** A Senacon, secretaria do consumidor do Ministério da Justiça, abriu processo contra a farmacêutica Eurofarma por causa do medicamento Belvii, usado no controle de obesidade. Segundo o órgão, a companhia não fez recall do produto imediatamente após receber informações de potencial risco de câncer associado ao uso do remédio.

**DATA** A Eurofarma diz que vai apresentar defesa no prazo legal. Diz também que, preventivamente, em fevereiro de 2020, suspendeu a venda do produto, após receber alerta do FDA (agência que regula o setor nos EUA). O medicamento estava no mercado brasileiro desde outubro de 2019.

**CALENDÁRIO** Foi em fevereiro que a Anvisa iniciou a revisão da análise de segurança do medicamento. Na ocasião, a agência disse que a Eurofarma havia ativamente suspendido a venda do produto. O alerta da agência recomendando aos médicos que deixassem de prescrever o Belvii foi publicado em abril.

com Filipe Oliveira e Andressa Motter

## INDICADORES

**JUROS**  
Fev., em % ao mês

Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	3,89	7,89

Fonte: Procon-SP

**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA**  
Competência fevereiro

**Autônomo, empregador e facultativo**

Valor mín.	R\$ 1.100,00	20%	R\$ 220,00
Valor máx.	R\$ 6.433,57	20%	R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.mar

**MEI (Microempreendedor)**

Valor mín.	R\$ R\$ 1.100	5%	R\$ 55,00
------------	---------------	----	-----------

**Assalariado**

Até R\$ 1.100	Aliquota 7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48	9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22	12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 19.mar. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

**IMPOSTO DE RENDA**

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

**EMPREGADOS DOMÉSTICOS**  
Considerando o piso na capital e Grande SP

R\$ 1.252,48	Valor, em R\$
Empregado	96,22
Empregador	250,46

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico venceu em 5.mar. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico pode ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

## Inadimplência deve aumentar com auxílio menor e desemprego elevado

Continuação da pág. A19

No início da pandemia, os bancos prorrogaram o prazo de pagamento de dívidas de empresas e pessoas físicas. A ação, junto a medidas como o auxílio e o lançamento de créditos com garantia do Tesouro, melhorou a condição de pagamento de devedores, impedindo uma explosão de novos atrasos e levando a inadimplência para níveis historicamente baixos.

O último relatório de crédito do Banco Central, divulgado no final de fevereiro, apontou que o índice de calotes total do sistema financeiro ficou em 2,1% em janeiro — 0,8 ponto percentual menor do que o registrado em igual mês de 2020 e o menor patamar da série histórica.

O mesmo acontece nos ní-

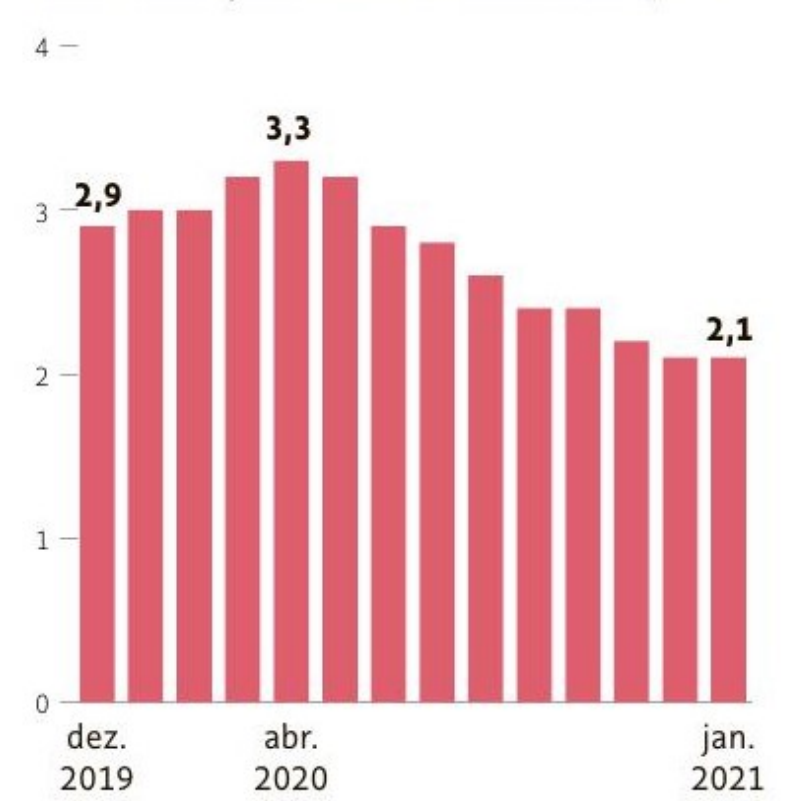
veis de inadimplência para pessoas físicas e jurídicas, que ficaram em 2,9% e 1,2% em janeiro, respectivamente, também os menores níveis da história para a categoria.

A inadimplência das empresas, por sua vez, tende a ficar mais para frente, uma vez que os créditos tomados ao longo de 2020 tinham período de carência. Assim, para pessoas jurídicas, a expectativa dos especialistas é que o efeito nas pessoas jurídicas comece a ser sentido no final de 2021 e início de 2022.

O estoque total de crédito no Brasil, segundo o BC, ficou estável em janeiro na comparação com dezembro, em R\$ 4,020 trilhões, equivalente a 54,1% do PIB (Produto Interno Bruto).

## Medidas emergenciais do governo impediram explosão de inadimplência em 2020

Índice de inadimplência total do sistema financeiro, em %



Fonte: Banco Central

## Falta de pagamento de contas de água e luz bate recorde em dezembro, diz Serasa

Inadimplência em faturas de serviços básicos foi de 23,6% no mês; especialistas atribuem calotes a suspensão de cortes e fim do auxílio

Larissa Garcia

BRASÍLIA A inadimplência no pagamento de serviços básicos, como água e luz, bateu recorde em dezembro. Segundo a Serasa, o percentual foi de 23,6%, maior valor de toda a série histórica iniciada em janeiro de 2018. O número representa um aumento de 0,8 ponto percentual em um mês.

Os calotes nessas contas cresceram mês a mês desde o início da pandemia, em março, quando começaram as medidas de restrição para conter a transmissão do vírus. De lá para cá, o índice cresceu 2,1 pontos percentuais. Especialistas atribuem a alta à suspensão dos cortes desses serviços por falta de pagamento, medida adotada durante a pandemia de Covid-19 para evitar uma deterioração da situação das famílias, cujas finanças foram impactadas pela disseminação do vírus e pelas restrições à circulação promovidas para contê-lo.

A Aneel (Agência Nacio-

nal de Energia Elétrica), por exemplo, proibiu o corte do fornecimento de energia elétrica para consumidores de baixa renda inadimplentes até 31 de dezembro do ano passado. Para os demais, a determinação valeu entre março e agosto. No fornecimento de água, alguns estados e municípios proibiram cortes e flexibilizaram regras para quem não conseguiu honrar os compromissos.

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, diz acreditar que essa pode ser uma decisão racional do consumidor. “Pode ser uma forma de se financiar na pandemia, ter recursos em momento de incerteza. Se a pessoa perdeu renda e sabe que não terá o serviço cortado, ela pode optar por pagar outra conta”, afirma.

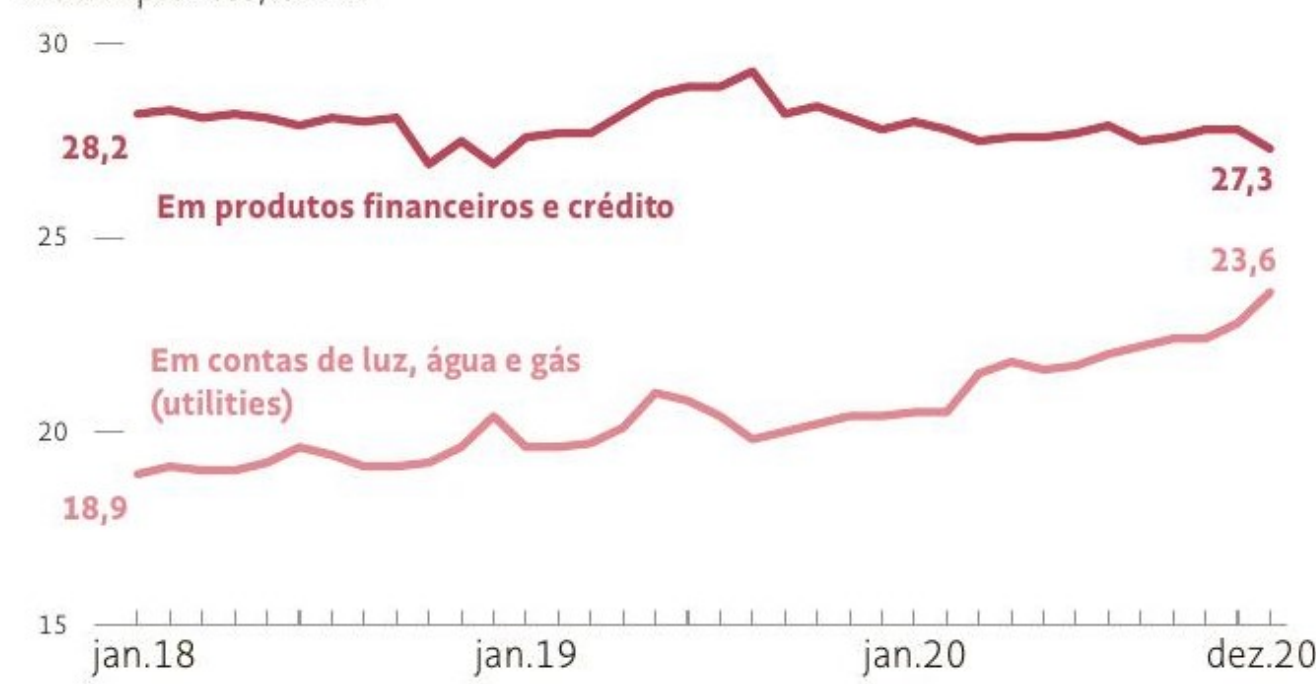
Para o pesquisador, anteendo o fim do auxílio emergencial, muitos podem ter guardado recursos, o que pode explicar a alta da inadimplência nas contas básicas no mês. “Além disso, dezem-

“Pode ser uma forma de se financiar na pandemia, ter recursos em momento de incerteza. Se a pessoa perdeu renda e sabe que não terá o serviço cortado, ela pode optar por pagar outra conta”

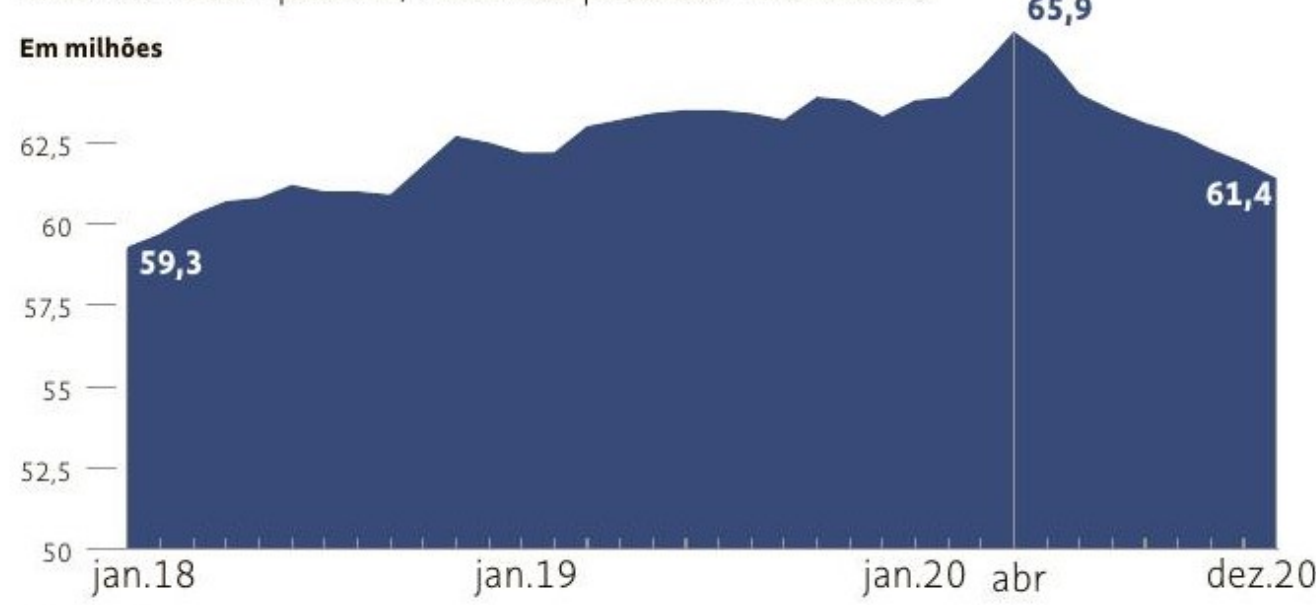
Marcelo Neri  
diretor da  
FGV Social

## Cresce a inadimplência em contas de consumo

Inadimplentes, em %



Total de inadimplentes, incluindo produtos financeiros



Fonte: Serasa

bro não foi um mês tão gordo quanto costuma ser porque o 13º salário dos aposentados foi antecipado”, diz.

Segundo Neri, essas contas comprometem mais a renda dos mais pobres. “Os valores são mais importantes para quem ganha menos. A expectativa é de crescimento da pobreza com o fim do auxílio, o que deve piorar a situação”, diz Neri.

Em setembro, a parcela do benefício pago pelo governo aos mais pobres foi reduzida de R\$ 600 para R\$ 300. Em dezembro, o governo encerrou os pagamentos.

O professor de economia da UnB (Universidade de Brasília), Roberto Piscitelli, também avalia que a suspensão dos cortes impactou a redução da inadimplência. “Nessas contas, a inadimplência é mais tolerável, com juros baixos e mesmo antes da pandemia havia um prazo para a interrupção dos serviços, não era imediato”, avalia.

Normalmente, o prazo para o corte do serviço por falta de pagamento é de 90 dias (3 meses).

Outro fator que contribuiu com o aumento da inadimplência é a alta dos preços dos alimentos e combustíveis nos últimos meses.

“A gasolina pressionou muito o orçamento, especialmente da classe média, no fim do ano passado e no início de 2021. Alimentos pesam mais na baixa renda”, aponta. Além disso, o mercado de trabalho ainda sofre com os impactos da crise. “Recuperou-se pouco da renda do trabalho. É uma situação crítica”, diz Neri.

Embora os calotes nas contas básicas tenham crescido, a inadimplência geral (considerando produtos financeiros e de crédito) diminuiu na pandemia. A falta de pagamentos com empréstimos e cartão de crédito, por exemplo, diminuiu 0,5 ponto entre novembro e dezembro e ficou em 27,3%, menor valor da série.

A queda pode ser explicada pelo auxílio emergencial e pelo freio no consumo — aqueles que não perderam renda gastaram menos tanto pelas incertezas quanto pelas restrições de mobilidade e guardaram recursos, o que também contribuiu para a diminuição dos calotes. Outros também aproveitaram para colocar as contas em dia.

Além disso, os bancos prorrogaram parcelas de empréstimos, o que evitou que muitos clientes ficassem com o nome sujo. “O auxílio emergencial promoveu uma espécie de saneamento nas contas dos brasileiros. As taxas de juros também caíram e o crédito ficou mais barato”, diz Piscitelli.

Em dezembro, segundo dados da Serasa, 61,4 milhões de pessoas estavam com o nome sujo, 3,4 milhões a menos que em março, quando o coronavírus chegou ao país. Apesar da queda, isso significa que quase 30% de toda a população brasileira tem dívida em atraso.